

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

**27/02/2016**

Correio Braziliense

## **Erenice e a nova casa de R\$ 4,3 milhões**

Correio Braziliense - 27/02/2016

*A partir de um intermediário que está na mira da PF, a ex-ministra da Casa Civil - também alvo da polícia - comprou uma residência no Lago Sul, área mais nobre de Brasília. Uma reforma, que deve terminar em seis meses, vai transformar o antigo imóvel em uma mansão de dois andares*

EDUARDO MILITÃO LEONARDO CAVALCANTI

Nos últimos dias do ano passado, uma casa de dois pavimentos começou a ser erguida em um terreno de 1.300m<sup>2</sup> na área mais nobre de Brasília, o Lago Sul. A futura residência, que deve ficar pronta em mais seis meses, tem como dono a empresa Gaya Participações Societárias S/A, cujo principal acionista é o marido da ex-toda-poderosa-ministra Erenice Guerra. Em julho de 2014, a empresa fechou a compra do imóvel por R\$ 4,3 milhões, segundo documentos obtidos pelo Correio. O intermediário no negócio foi o contador José João Appel de Mattos, investigado pela Polícia Federal na Operação Acrônimo.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou R\$ 2,7 milhões em pagamentos da Guerra Advogados Associados, empresa de Erenice, para o escritório do contador entre 2011 e 2015. A movimentação foi considerada "atípica". Enquanto isso, uma casa mais modesta e antiga veio abaixo no terreno da QI 11. No lugar, a residência de dois andares em nome da empresa do marido da ex-ministra, alvo da Operação Zelotes, começou a ser construída para abrigar o casal, que, terminada a reforma em seis meses, vai se mudar para o imóvel, segundo resposta da assessoria ao Correio na noite de ontem.

A casa foi comprada em nome da Gaya, que tem 99% de participação do engenheiro eletricitista José Roberto Camargo Campos, o marido da ex-ministra da Casa Civil. Segundo a assessora da empresa, o imóvel foi comprado com "recursos próprios". Eles usaram a intermediação do contador Appel para evitar pagar mais caro. "Trata-se de estratégia comercial, comum no mercado imobiliário, buscando-se evitar a especulação do preço do imóvel", disse a assessoria. "A prova é que tão logo a compra do imóvel foi efetivada, as ações da empresa foram transferidas para o seu presidente, José Roberto Camargo Campos, comprovando a total transparência de procedimentos."

Em entrevista ao Correio, o advogado de Appel, Daniel Gerder, disse que a casa é de Erenice. E afirmou que parte do dinheiro da casa pode ter vindo desses recursos identificados pelo Coaf. Segundo ele, a ex-ministra foi quem pediu a intermediação de Appel, seu contador à época. O objetivo era evitar um aumento de preço se o vendedor soubesse que negociava com uma figura conhecida. "Se alguém fosse vender qualquer coisa para a Erenice, só pelo fato de ser a Erenice, cobraria mais. Qualquer pessoa que for vender uma alguma coisa para a Erenice, o Fernando Henrique (Cardoso, ex-

presidente da República), o Ronaldinho (ex-jogador de futebol) vão cobrar mais." Gerder enfatizou que a compra foi declarada, incluindo as transferências de dinheiro da ex-ministra para Appel, o recebimento dos recursos, e a transferência do imóvel para a ex-chefe da Casa Civil. O contador fez a declaração de Erenice à Receita informando sobre o imóvel, segundo o advogado.

"A única coisa que se quis evitar foi o sobrepreço do imóvel em virtude de ser para a Erenice." Desde o ano passado, a ex-ministra e outras pessoas consideradas "politicamente expostas" deixaram de ser atendidas pelo contador, a exemplo do pivô da Acrônimo, o empresário Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o "Bené", ligado ao governador de Minas, Fernando Pimentel (PT).

A residência, que antes ocupava o espaço da obra, havia sido construída em 1979. Em 2009, foi vendida para um vizinho, que a negociou em 2014 com a Gaya. O contrato de compra foi assinado por Appel em maio daquele ano, 10 dias antes de a Gaya ser criada. A entrada da casa, de R\$ 300 mil, foi paga pelo escritório do contador no mesmo mês. Com a empresa criada e os R\$ 4,3 milhões depositados na conta bancária do vendedor, a escritura foi repassada à firma, uma sociedade anônima de capital fechado. Em setembro do ano passado, a Administração Regional do Lago Sul atestou a conclusão de obras de demolição da casa antiga. Com isso, a valorização do imóvel deve superar em muito os R\$ 4,3 milhões pagos em 2014 por um terreno com uma residência de 35 anos de idade.

Parceria Erenice é investigada na Operação Zelotes. Um contrato mostra que ela e o lobista e ex-integrante do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) José Ricardo Silva, que está preso na Papuda e denunciado por suposta compra de medidas provisórias, assinaram um acordo para defender os interesses da empresa de telecomunicações chinesa Huawei perante a Receita e ao próprio colegiado. O advogado de José Ricardo, Getúlio Humberto de Sá, diz que ele não tinha incompatibilidade legal de atuar como defensor e julgador à época. Erenice admitiu a parceria à Polícia Federal em dezembro. Ela negou receber propina para compra de MPs em favor de montadoras.

## Memória

### Tráfego de influência

Em novembro de 2010, Erenice Guerra renunciou ao cargo de ministra-chefe da Casa Civil. As denúncias de tráfego de influência e lobby, que envolveram os dois filhos, Saulo e Israel Guerra, inviabilizaram a permanência dela no governo, levando ao pedido de demissão dois dias após a revelação do caso. Erenice tinha sido secretária-executiva da Casa Civil, antes de suceder Dilma Rousseff, que deixou o cargo para concorrer ao Planalto.

Em setembro daquele ano, a Polícia Federal abriu investigação contra Israel Guerra, mas sem incluir a ministra, por não haver indícios de sua participação no caso. Israel e Saulo supostamente intermediavam contratos entre uma empresa de transporte aéreo, por meio de empresa de consultoria, com os Correios, mediante pagamento de propina. Além da facilitação de um empréstimo de R\$ 9 bilhões pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para uma empresa do setor energético.

Erenice redigiu a carta de demissão e, em 16 de novembro, afirmou que passava por "campanha de desqualificação" motivada por "paixões eleitorais". A ex-ministra justificou a renúncia ao cargo na carta de demissão, alegando "defender sua imagem e a da família".

Em 2015, Erenice voltou aos holofotes, convocada pela PF para prestar depoimento sobre suposto envolvimento num esquema de compras de medidas provisórias, investigado na Operação Zelotes. A ação da PF apurava irregularidades em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf). O órgão, ligado ao Ministério da Fazenda, tinha vínculos com uma empresa que recebeu R\$ 57 milhões de uma montadora de carros entre 2009 e 2015, em troca da aprovação da MP 471 de 2009.

"Se alguém fosse vender qualquer coisa para a Erenice, só pelo fato de ser a Erenice, cobraria mais

Daniel Gerder, advogado do contador José João Appel de Mattos, sobre a compra

1.300m<sup>2</sup> - Tamanho do terreno da casa comprada por Erenice

Blog Paçoca com Cebola

## **E aí Requião, vai explicar ou só sapatear?**

27/02/2016

Do HLucas

As duas últimas etapas das Operações Lava Jato e Zelotes, comandadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, se aproximaram de outro político paranaense. Desta vez é o senador Roberto Requião (PMDB). Hoje (sexta-feira), a PF cumpriu mandados judiciais na sede da CR Almeida em Curitiba - empreiteira com ligações com Requião. Um dos controladores da empreiteira é Marcelo Beltrão Almeida - filho de Cecílio Rego Almeida -, filiado ao PMDB e que fez diversas campanhas do senador. Na última campanha, de 2014, Marcelo Almeida doou R\$ 700 mil para Requião. Também foi diretor-presidente do Detran-PR nos dois últimos governos de Requião (2003-2010).

Marcelo Almeida foi candidato ao Senado pelo PMDB na chapa de Requião. Fez 465.263 votos (8,73%) e gastou R\$ 6,4 milhões - 99,9% bancados pelo próprio bolso. A empresa, do qual Marcelo fazia parte, também controlava trechos dos pedágios explorados nas rodovias do Paraná. Requião se elegeu com o mote "baixa ou acaba", mas durante seu governo assinou aditivos de reajuste nas tarifas do pedágio e abriu mão de obras previstas nos contratos com as concessionárias. Agora a empreiteira do amigo de Requião é investigada por pagar propinas em obras ferroviárias pelo país.

Outras empresas investigadas pela Lava Jato também doaram para Requião. A OAS repassou R\$ 500 mil na campanha de 2014, quando o peemedebista disputou e perdeu a eleição ao governo do Paraná. A Galvão Engenharia repassou R\$ 150 mil para Requião em 2010 na disputa ao Senado. E a Engevix doou R\$ 100 mil para campanha de Requião em 2006. As três empreiteiras são investigadas pela Lava Jato em esquemas de propinas e corrupção em obras da Petrobras.

Já a sexta fase da Operação Zelotes, deflagrada nesta quinta-feira, 25, passou a investigar o Grupo Gerdau acusado de sonegação de imposto. Segundo a PF, o grupo fechou contratos com escritórios de advocacia que atuaram de maneira ilícita para manipular o andamento de julgamentos e decisões no Carf. A suspeita é que o grupo, com atividades em 14 países, tenha tentado interferir no Carf no pagamento de multas

que somam R\$ 1,5 bilhão. O dono do grupo, André Gerdau, prestou depoimento ainda na quinta-feira na Polícia Federal em São Paulo.

O grupo Gerdau é um dos maiores financiadores de Requião nas quatro últimas campanhas. No total foram repassados R\$ 900 mil para o senador do PMDB: R\$ 200 mil 2002, R\$ 300 mil em 2006, R\$ 200 mil em 2010 e R\$ 200 mil em 2014.

**28/02/2016**

Correio Braziliense

**Coluna - Brasil S/A**

Correio Braziliense - 28/02/2016

### ***Rachando o cristal***

POR JULIANA BORRE

Em poucas palavras, a situação do Brasil está tomando um rumo ruim e inquietante, misturando a inépcia de um governo anêmico com crise política, recessão com dimensões inéditas e percepção de corrupção desbragada. É uma marcha de insensatos que não levará a nada bom.

Uma crise originalmente política, semeada pela propaganda enganosa da campanha para reeleger Dilma Rousseff - ao difundir virtudes que já não mais existiam e cuja negação por mais de um ano arruinou as contas fiscais e infectou a economia em geral -, ameaça agora, com a corrupção sistêmica apurada entre partidos, grupos econômicos e estatais, confundir a parte necrosada com o todo do setor privado.

Não estão em causa eventuais excessos da Lava-Jato, já que tanto a Polícia Federal quanto o Ministério Público e o Judiciário têm muita clareza sobre o objeto desses inquéritos - as relações ilegítimas entre partidos da base de apoio ao governo, em especial PT, PMDB e PP, e o antigo cartel de empreiteiras. O que parecem desfocadas são apurações meio afins, como a Zelotes, que procura supostos esquemas para melar autuações da Receita junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), um órgão do Ministério da Fazenda.

Foi no curso dessa ação que um juiz de Brasília cominou a condução coercitiva de executivos da Gerdau, grupo siderúrgico com 115 anos, filiais em dezenas de países e de capital aberto, para esclarecer à Polícia Federal as circunstâncias de ação no Carf questionando uma multa de R\$ 1,5 bilhão, aplicada anos atrás pela Receita Federal.

Um parecer da Receita ainda no governo FHC mudou o entendimento do alcance dos prejuízos que podem ser abatidos do Imposto de Renda, gerando, segundo o site Congresso em Foco, um estoque de multas de R\$ 357 bilhões. Tais questionamentos são legítimos e habituais.

Imprudente foi o modo espalhafatoso usado pelos delegados e juízes para acionar uma simples coleta de depoimento, indiferentes ao fato de que nos tempos atuais é ruinoso confundir alho com bugalho.

Entre os muitos impasses a que chegamos, sobretudo os de natureza econômica, fiscal e política, há mais este, tão grave quanto ou até maior, ao ameaçar pilares do

ordenamento jurídico da democracia e da economia de mercado. Cristal quebrado ninguém conserta jamais.

A essência a preservar

A Justiça, enquanto um dos poderes da República, não se alheia das consequências de seus atos, seja pela omissão, como era comum e não deixa ainda de ser ao tratar de maganos poderosos, ou pelo ativismo que sugere intenção de desforra de um país historicamente achacado. Equilíbrio é a essência a preservar, sobretudo devido à indignação suscitada a cada descoberta da frieza e cinismo de autoridades e de seus sequazes no assalto ao dinheiro social. Mas é preciso cautela para não se difundir o senso de que todo empresário é desonesto e que a livre iniciativa é fundamentalmente corrupta. Isso só serve a quem tem culpa a expiar e manobra para que tudo acabe em pizza.

Se todos são "suspeitos", como sugere o PT ao sempre apelar ao PSDB como uma espécie de mentor de seus desmandos, então o sistema é que está errado e não seus participantes. O risco é que tal versão tome força à sombra dos equívocos dos "jovens turcos" (alguns deles não tão jovens assim) pretensamente idealistas do Sistema de Justiça.

Burocracia, demo e maçã

O que se vai configurando, enquanto se assiste a governantes ineptos e políticos incapazes de entender o que se passa em seu entorno, ou entendem e nem estão aí, é que não há só as contas fiscais a tratar ou questões constitucionais a reformar. Inserida na Constituição, toda a cultura de dificuldades resolvidas com a ajuda de vendedores de facilidades também chegou ao fim de linha e não pode continuar.

Um país em que foram editados, desde a Carta de 1988, mais de 5,2 milhões de decretos, leis, portarias e um vasto etcetera, algo como 750 novas normas a cada dia, sinceramente, não pode funcionar. Até o papa Francisco, se tivesse de lidar com esse cipoal, acabaria cometendo algum pecado. Só o demo se sai bem com o que serve para tentar os prejudicados pela burocracia a comer o fruto proibido.

A degradação é terminal

O Brasil não se degradou com o PT. Mas é com o governo petista que chegam ao fim o que se esgotou: o regime de gasto público em que a tributação nunca basta; o funcionalismo protegido da inflação e do desemprego à custa da recessão imposta à maioria; e por aí vai.

Além disso, como diz o ex-ministro Delfim Netto, interlocutor do ex-presidente Lula, o governo traz uma "contradição insanável" em seu bojo: "um corporativismo fantasiado de esquerda", que "defende as vantagens que extraiu da maioria despercebida". A economia é de mercado, movida a lucro, não por subsídios e dirigismos que fazem a festa dos acomodados. Sem tais conceitos em mente, nada se resolve.

Inapetência para decidir

Enquanto as soluções não vêm, a recessão e a inflação vão fazendo o ajuste que o governo receia fazer. A economia vai murchando pela resistência do ajuste nominal dos preços devido à indexação. Como, de modo geral, 80% gasto público total foram acrescidos do INPC de 11,27% de 2015, a compensação se dá pela corrosão da renda (lucros e salários) do setor privado. É o que faz o desemprego avançar.

Mais: a economia é oligopolizada e há amplo histórico empresarial de preservação de margem à custa da produção menor. Era assim que o setor privado se protegia da hiperinflação. O peso do ajuste recaía todo sobre salários e emprego formal e é o que voltará a acontecer, devido à inapetência oficial para decidir e afrontar privilégios.

A questão, segundo o economista Fernando Montero, é se faz sentido perder oito pontos de percentagem do PIB neste biênio para acomodar quatro pontos de queda da inflação, e isso se ela encolher de fato. Esse cenário tende a rupturas imprevisíveis.

Crise política abalou a economia e agora confunde a parte necrosada com o todo do setor privado

Brasil 247

## **No encaço de Lula, PF triplica efetivo na Zelotes**

28/02/2016

A Operação Zelotes, que mudou seu foco de investigação para atingir ao ex-presidente Lula, terá força total a partir de agora. A Polícia Federal triplicou o efetivo dedicado integralmente à investigação. A notícia sucede as declarações de Lula de que é alvo de uma devassa sem precedentes na história brasileira, com os órgãos de Justiça sendo pautados pela mídia familiar, liderada pela Rede Globo, que para ele é o grande partido de oposição na atualidade.

A Zelotes surgiu para investigar um suposto desvio de R\$ 19 bilhões em fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Durante as investigações, a operação virou um instrumento de perseguição e de tentativa de incriminar o Luis Cláudio, filho do ex-presidente, no intuito de atingir o líder petista.

O advogado criminalista Cristiano Martins, que defende o filho de Lula, denunciou que a investigação mudou o foco para atingir o ex-presidente da República. A Zelotes persegue provas de que uma das empresas de Luís Cláudio, a LFT Marketing Esportivo, recebeu R\$ 2,5 milhões da Marcondes & Mautoni (M&M), do lobista Mauro Marcondes, preso sob acusação de negociar a edição de medida provisória que beneficiou montadoras de automóveis.

O advogado defende que o inquérito já deveria ter sido encerrado. Já devia ser se encerrado, porque não há nenhum fato que possa provar uma conduta ilícita dele. Não há uma referência ao nome do Luis Cláudio em nenhum documento, em nenhuma prova interceptada, colhida ou apreendida. Isso é porque ele não participou de atos ilícitos.

**29/02/2016**

Valor Econômico

## **Entendimento do Fisco pode elevar número de autuações sobre ágio**

Valor Econômico - 29/02/2016

Adriana Aguiar | De São Paulo

O uso de ágio por aquisição ou incorporação de empresa está mais restrito e poderá

gerar um aumento no número de autuações pela Receita Federal. A explicação está em uma solução de consulta da Coordenadoria de Tributação (Cosit) do órgão, publicada no início do mês.

Esta é a primeira manifestação formal da Receita Federal sobre o tema, cujos valores envolvidos chegam muitas vezes a ser bilionários. Por ter um caráter vinculante, a norma servirá de orientação para funcionários do órgão em todo país.

A discussão sobre o tema envolve grandes companhias que questionam, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ou na Justiça, autos de infração aplicados pelo Fisco.

O ágio consiste em um montante pago, geralmente, pela rentabilidade futura de uma empresa adquirida ou incorporada. Ao ser registrado como despesa no balanço da companhia e amortizado, em cinco anos consecutivos, reduz o valor a pagar do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

A Solução de Consulta nº 3, dentre outros pontos, prevê que apenas os valores efetivamente recebidos pela companhia entrariam como custo de aquisição. O aspecto preocupante, segundo advogados, está no item 40 da solução de consulta.

O dispositivo diz que "os valores depositados na conta caução, apesar de essa ter sido aberta em nome dos vendedores, ainda não podem ser considerados como custo de aquisição, pois esses valores se destinam a cobrir as garantias impostas pelo comprador, e só estarão à disposição dos vendedores na forma e nos prazos estipulados em contrato".

Segundo especialistas, muitas companhias colocaram como custo de aquisição o valor total da compra, incluindo quantias depositadas em conta garantia (a chamada escrow account). A liberação do montante fica condicionada ao cumprimento de condições previstas em contrato, como potenciais passivos tributários e trabalhistas do vendedor ou da empresa envolvida na operação societária. Com base nesse entendimento, a Receita já autuou alguns contribuintes mesmo antes da existência da solução de consulta.

O advogado Eduardo Suessmann, da Área de Controvérsias Fiscais de Trench, Rossi e Watanabe Advogados, afirma que alguns de seus clientes já foram autuados mesmo antes da solução de consulta e que a fiscalização deve aumentar a partir de agora. De acordo com ele, o entendimento da Receita diminui o custo da aquisição e, consequentemente, os valores que podem ser abatidos de ágio no Imposto de Renda e na CSLL.

Para Pedro Moreira, do CM Advogados, a solução de consulta é equivocada ao desconsiderar do custo de aquisição os valores depositados pelo investidor em escrow account, "uma vez que efetivamente serão destinados ao pagamento do vendedor ou para quitar passivos anteriores do negócio, cuja responsabilidade coube ao vendedor, correspondendo então em contribuição ao vendedor".

Atualmente, predomina no Carf a discussão geral sobre a legitimidade ou não da compensação do ágio. Segundo Moreira, o Fisco muitas vezes não permite essa

compensação por entender que houve simulação da operação e que a companhia não teria direito ao abatimento. Contudo, com essa solução de consulta, na opinião do advogado, poderá ocorrer mais autuações nos casos em que o Fisco admite a operação mas questiona os valores declarados.

Para o advogado, o entendimento da solução de consulta não contribui para a pacificação do tema. Ao contrário, gera mais confusão de interpretações. De acordo com Moreira, a questão ainda deverá ser amplamente discutida no **Carf** e no Judiciário.

Outro ponto que tem chamado atenção trata do fundamento econômico do ágio. Segundo a solução de consulta, este "não é de livre escolha do comprador, devendo estar enquadrado nas hipóteses previstas na legislação aplicável, e justificado em demonstrativo a ser arquivado junto à escrituração contábil".

Segundo o tributarista Sérgio Rocha Andrade, do Andrade Advogados Associados, a Receita Federal se manifestou em relação ao período anterior a 31 dezembro de 2014, quando foi revogado o Regime Tributário de Transição, e pela primeira vez diz que não é o contribuinte que deve identificar o fundamento da transação, o que vinha sendo feito naquele período.

Nesse caso, o contribuinte, a princípio, vinha entendendo que tinha a liberdade de optar pelo valor de mercado de ativos ou rentabilidade futura ou por outra identificação. De acordo com o advogado Diego Aubin Miguita, do escritório Vaz, Barreto, Shingaki e Oioli Advogados, com o entendimento formal da Receita surge o risco de novas autuações.

## **Coluna - Angela Bittencourt**

**Valor Econômico - 29/02/2016**

### ***República da Toga tem seu custo econômico***

O protagonismo do Judiciário em desvendar e punir o esquema de corrupção engendrado na Petrobras, maior empresa de capital aberto do país, tornou o Brasil a República da Toga -- justa homenagem ao poder que tem executado um intenso trabalho com resultados tão surpreendentes quanto históricos. A Justiça brasileira conseguiu fazer prisioneiros simultaneamente um banqueiro, um empresário e um senador - uma trinca que desperta tratamento diferenciado em muitas partes do mundo. Desenvolvido, inclusive. Às vésperas de completar o seu 2º aniversário, a Operação Lava-Jato, da Polícia Federal e Ministério Público, montada para desbaratar ritos de pagamento de propina por meio de contratos de obras superfaturadas de empreiteiras com a petroleira, se aproxima do processo eleitoral brasileiro, elevando em muitos decibéis o ruído de suas apurações.

Simultaneamente, ganha musculatura entre agentes privados a ideia de que o desgaste que vêm sendo submetidos o Partido dos Trabalhadores (PT) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva dá ao Brasil a chance de sair do atoleiro econômico em que se encontra. Na visão de interlocutores da coluna, a indicação diária desse desgaste tende a ampliar o grau de cobrança que a sociedade civil exercerá sobre setores da oposição. Nesse sentido, ganha espaço para preparação e análise o encaminhamento das eleições municipais marcadas para outubro deste ano. A derrota do PT nas urnas será eloquente sobre o fôlego do partido.

Representante do regime presidencialista, o Brasil não dispõe no momento de um Poder Executivo diligente e crível para afiançar urgentes e custosas decisões que evitem transformar a intensa retração econômica em convulsão social. O Brasil também está desprovido de um Poder Legislativo desimpedido para comandar a Nação - cumprindo a hierarquia constitucional - caso prospere o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff em trânsito no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

US\$ 10 bi da China livra o governo de capitalizar Petrobras

Pesquisa Datafolha realizada nos dias 24 e 25 deste mês com 2.768 entrevistados, divulgada pelo jornal "Folha de S.Paulo" na edição de domingo, fortalece a visão de esgotamento de liderança do PT - o que também ficou demonstrado na comemoração de 36 anos do partido, que contou com número menor que o esperado de participantes, no Rio.

O Datafolha mostrou ontem que a maioria dos brasileiros considera que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi favorecido por empreiteiras envolvidas na Lava-Jato em obras no triplex em Guarujá e no sítio em Atibaia. O presidente refuta qualquer suspeita. Na sexta-feira, os advogados do ex-presidente enviaram um pedido de liminar ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que sejam suspensas as investigações do Ministério Público sobre o triplex e o sítio.

Essa é mais uma evidência da razão que faz prevalecer a República da Toga no Brasil neste momento da sua história. De bate-pronto, não há alternativa. E o país pode sim estar redescobrendo padrões morais e éticos pela ação do Judiciário, só que isso não acontece sem custos econômicos que deverão ser sustados em algum momento. Aliás, momento que ninguém arrisca calcular se está se aproximando, inclusive porque foi revigorada na quinta-feira passada outra grande operação da Polícia Federal e do Ministério Público que não tem um percurso claramente definido até agora - a Operação Zelotes.

Essa operação, prestes a completar o seu 1º ano, investiga um esquema criminoso de anulação de dívidas fiscais a favor de grandes empresas que supostamente pagariam propina para cancelar tributos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), um órgão do Ministério da Fazenda. No último trimestre do ano passado, a Zelotes tentou comprovar um esquema de comércio de leis que expôs um dos filhos do presidente Lula. Nada ficou provado.

Na próxima quinta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o resultado do PIB do 4º trimestre e de 2015 inteiro. A Pesquisa Focus mostra que o mercado projeta queda entre 3,25% e 4,18% no ano. Neste ano de 2016, o PIB pode tombar entre 0,7% e 4,59%. Economistas apontam que é neste segundo intervalo de estimativas que a retração brasileira estará representada. O desempenho da economia em 2015 seria reflexo da Lava-Jato.

O economista Gesner Oliveira, principal representante da GO Associados, destaca em relatório que a recessão atual decorre de fatores como erros na gestão da política econômica nos últimos anos, desaceleração da economia mundial e escândalos de

corrupção na Petrobras. "A crise na estatal tem subtraído produto da economia devido à sua importância estratégica alcançada na última década. Em 2012, a fatia da Petrobras na formação bruta de capital fixo da economia brasileira atingiu praticamente 12%", informa. A GO montou um exercício contemplando redução nos investimentos da Petro, impactos sobre a economia decorrentes da retração na atividade do setor de construção, diretamente afetado pelos negócios da empresa e procurou -se incluir na avaliação de impacto a retração no faturamento das empresas que atuam no segmento de obras públicas.

A conclusão é dramática. No intervalo de 2015 a 2019, haveria um impacto médio anual sobre o PIB de -3,63 pontos percentuais, incluindo as reduções nos investimentos da Petrobras e no faturamento do setor de construção; a subtração de R\$ 284,2 bilhões no valor bruto da produção da economia; perda de 3,64 milhões de postos no mercado de trabalho; redução de R\$ 44,7 bilhões na massa salarial e R\$ 18,7 bilhões em impostos deixariam de ser arrecadados.

A mesma Petrobras informou na sexta à noite a assinatura com o China Development Bank de um financiamento de US\$ 10 bilhões. Fato relevante encaminhado à CVM diz que "já estão em negociação as minutas dos contratos do financiamento, que preveem a execução de um acordo comercial de fornecimento de petróleo para empresas chinesas, em bases similares ao executado pelas partes em 2009". Esse contrato deve liberar o governo de capitalização da Petrobras, ampliar o fluxo de divisas e ativar a produção da estatal.

Angela Bittencourt é repórter especial e escreve às segundas-feiras.

Veja

## Com o fisco no encalço

Revista Veja - 29/02/2016

***Para aliviarem a carga de impostos, as empresas recorrem ao planejamento tributário. É do jogo. Mas algumas teriam escapado de multas milionárias por meio de um esquema de propinas***

A sexta fase da Operação Zelotes, focada na investigação de um suposto esquema de propinas e de tráfico de influência para reduzir dívidas tributárias, bateu na porta de um dos maiores grupos empresariais do país, a siderúrgica Gerdau. A Polícia Federal investiga possível sonegação de até 1,5 bilhão de reais e diz que "a empresa celebrou contratos com escritórios de advocacia e de consultoria, os quais agiram de maneira ilícita, manipulando o andamento, a distribuição e decisões do Carf". O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foi criado em 2009 e é uma instância administrativa para julgamentos de natureza tributária. Ele é considerado essencial porque oferece ao contribuinte a possibilidade de contestar autuações. No esquema sob investigação, conselheiros desse órgão agiam em conluio com consultores privados. Mediante o pagamento de uma "taxa de sucesso" (eufemismo para propina em alguns casos, segundo os investigadores), as empresas saíam livres das multas e da cobrança de tributos supostamente devidos. O presidente da Gerdau, André Gerdau Johannpeter, negou que tenha participado ou concedido autorização a terceiros para participar de qualquer negociação ilegal. Ele foi à sede da PF em São Paulo, em cumprimento a um mandado para que prestasse depoimento. Em comunicado, a empresa afirmou que, "ao

contrário do que tem sido cogitado no noticiário, não se trata de sonegação — declaração falsa ou omissão com a intenção de eximir-se de tributos eventualmente devidos —, e sim do exercício legítimo de direito pelas empresas da Gerdau, respaldado expressamente nas leis e na jurisprudência".

Muitas empresas, para reduzir a pesadíssima carga de impostos, recorrem a esquemas chamados de planejamento tributário. Isso ocorre no mundo todo. A Receita faz diligências, as firmas se defendem, e, eventualmente, as disputas vão parar na Justiça. Não há necessariamente crime, ao contrário do objeto de investigação da Zelotes. Foram analisados inicialmente setenta processos administrativos sob suspeita, envolvendo 19 bilhões de reais em autuações. Foi investigada também a suposta venda de medidas provisórias que beneficiaram empresas. Entre outras, está na mira a LFT Marketing Esportivo, que pertence a Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula.

## **Coluna - Radar**

Revista Veja - 29/02/2016

Vera Magalhães

A história como ela foi

No ano passado, o STF decidiu que as comissões que analisam o impeachment teriam de ser eleitas em voto aberto e, por isso, derrubou o colegiado escolhido pela Câmara. O ministro Luís Roberto Barroso justificou que, em 1992, a votação do caso Fernando Collor foi aberta e, para evitar "casuísmos indesejados", o critério valeria para Dilma Rousseff. Mas registros das sessões da Câmara e do Senado no caso Collor mostram que a praxe era votação secreta.

Logo após a decisão na Câmara, que foi por aclamação, o então deputado Roberto Jefferson questionou se a votação não deveria ter sido sigilosa. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, disse que sim, e que só foi simbólica porque não havia disputa de chapas. No Senado, a comissão foi eleita com votos em cédula, depositados em urna. Se o STF quiser manter o voto aberto para Dilma, terá de usar razão diferente da analogia com o caso Collor.

### GOVERNO EM CRISE

O desabafo do ministro

Autor do voto vencedor no julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre o rito do impeachment, Luís Barroso tem dito que "não deve nada" ao PT, pois tem "história própria" e seu compromisso na corte é com o país. Barroso se queixa de estar sendo hostilizado desde que o STF interrompeu o andamento do processo contra Dilma Rousseff. O presidente da corte, Ricardo Lewandowski, admitiu a deputados que a decisão deve sofrer alterações quando forem analisados os embargos.

### LAVA-JATO

Água mole em pedra dura

Já não é monolítica no grupo que discute a defesa da Odebrecht a convicção de que Marcelo e os demais executivos presos não devem fazer delação premiada. O assunto foi discutido em reuniões ao longo da semana.

Os elos mais frágeis

Diante das complicações adicionais para a defesa da empresa trazidas pela Acarajé, cresceu o temor de que os diretores presos, mais velhos e menos ricos que Marcelo, não tenham a mesma resiliência do ex-presidente do grupo.

Dias piores virão

Com a Acarajé e a decisão do STF sobre a prisão após condenação em segunda instância, acabou o otimismo dos advogados dos presos da Lava-Jato. É consenso que ninguém será solto pelos tribunais superiores. "Vamos sentir saudade de 2015", lamenta um deles.

Guichê ao lado

E o tempo vai fechar também na Zelotes, que investiga venda de medidas provisórias e corrupção no Carf. A Polícia Federal triplicou o número de policiais dedicados só à operação.

ECONOMIA

Uma fome de anteontem

Depois de negócios como a compra de 23% da Azul e 80% do BBM, um dos últimos bancos brasileiros de controle familiar, empresas chinesas estão de olho em ativos de empreiteiras investigadas na Lava-Jato. Desembarcou no Brasil um grupo disposto a arrematar a empresa de água e esgoto da Odebrecht, presente em treze estados. Oferece-se para arrematar 100% do negócio, para atropelar negociações com fundos americanos, dispostos a comprar só um terço da companhia.

GASTO PÚBLICO

Casa Cor da União

O Tribunal de Contas da União (TCU) lançou concorrência para a reforma do apartamento funcional de 280 metros quadrados que será ocupado pelo ministro Bruno Dantas. O valor espanta: 400 000 reais. Serão 75 000 reais só em marcenaria e outros 50 000 em pisos e revestimentos. Segundo o TCU, o apartamento está fechado há cinco anos e sem manutenção. Antes de decidir ocupar o imóvel, Dantas abriu mão do auxílio-moradia de 4300 reais mensais.

DIPLOMACIA

Teste bem-sucedido

A visita ao Brasil marcou a estreia da vice-presidente Gabriela Michetti no papel de

responsável pela reinserção diplomática da Argentina, necessária após a era Kirchner. Ela fará sempre as viagens precursoras de Carlos Macri. Depois de se encontrar com Dilma e Michel Temer, acertou a vinda do presidente ao país em junho ou julho.

Época

## Coluna - Oito Notas

Revista Época - 29/02/2016

Em uma nova etapa da Operação Zelotes deflagrada na quinta-feira, dia 25, a bola da vez é o Grupo Gerdau, o gigante da siderurgia com faturamento anual de mais de R\$ 40 bilhões. A Polícia Federal suspeita que o conglomerado tenha tentado sonegar R\$ 1,5 bilhão em impostos, por meio de pagamento de propina a integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O Grupo Gerdau é investigado por tráfico de influência, corrupção, associação criminosa e lavagem de dinheiro. O presidente do grupo, André

Apareceu

Foi revelado, na sexta-feira, dia 26, que o secretário da Casa Civil do governo de São Paulo, Edson Aparecido, principal aliado do governador Geraldo Alckmin, comprou um apartamento de luxo por um terço do valor de mercado. O vendedor, o empreiteiro Luiz Albert Kamilos, detém contratos milionários com as administrações tucanas desde a década de 1990. Aparecido nega qualquer irregularidade na compra.

Sem polêmicas

A Câmara aprovou o projeto de lei que define o crime de terrorismo no Brasil — ele segue agora para a sanção da presidente Dilma Rousseff. O texto, que deixou de fora atos relacionados a manifestações, diz que é terrorismo o ato praticado por um ou mais indivíduos por razões de xenofobia, discriminação e preconceito de raça, cor, etnia e religião, com a finalidade de provocar irregularidade na compra.

Renan sob suspeita

A Procuradoria-Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de outro inquérito para apurar movimentação de R\$ 5,7 milhões do presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB. Flá suspeita de crime de lavagem de dinheiro, pois o valor seria incompatível com a renda de Renan.

ROTINA DE MORTE

Segundo a ONU, desde setembro de 2015 2 CRIANÇAS POR DIA morrem afogadas no Mediterrâneo. Mais de 340 crianças refugiadas pereceram tentando fazer a travessia.

A ÚLTIMA ESPERANÇA Uma eleitora tira um selfie com o senador Marco Rubio, pré-candidato pelo Partido Republicano, em Houston, no Texas. Com o favoritismo de Donald Trump na Super-Terça, o dia em que 11 Estados vão fazer primárias, Rubio se tornou a última esperança da cúpula republicana de derrotar o magnata fanfarrão.

## Surpresa na Fifa

A Fifa tem um novo presidente.

O suíço Gianni Infantino foi eleito na sexta-feira, dia 26, com 115 votos. Infantino, um advogado de nacionalidade suíça e italiana, derrotou o xeque Salman bin Ibrahim Al-Khalifa, do Bahrein. Infantino é executivo da Uefa, a federação europeia de futebol, e agora enfrenta a tarefa hercúlea de tentar consertar a Fifa em meio a escândalos de corrupção e ameaça de debandada de patrocinadores.

As cidades brasileiras longe do topo

Uma pesquisa internacional elegeu Viena, capital da Áustria, a melhor cidade para viver. Paris, Londres e Nova York não estão entre as 35 melhores. Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo estão lá embaixo, atrás da poluída Xangai, na China, e da violenta San Juan, em Porto Rico.

## Carta Capital

**Coluna - A Semana**  
Revista Carta Capital - 29/02/2016

## Zelotes

A Gerdau na mira

O presidente da empresa teve de prestar depoimento à força

O grupo Gerdau, um dos maiores conglomerados siderúrgicos do mundo, virou alvo da Polícia Federal na mais nova fase da Operação Zelotes. A investigação apura o pagamento de propinas por grandes empresas para se livrar de débitos tributários no **Carf**, órgão do Ministério da Fazenda. Suspeita-se que a empresa tenha negociado para se livrar de multas no valor de 1,5 bilhão de reais. De acordo com a PF, o grupo teria fechado contratos com um escritório de advocacia que subornava integrantes do Conselho para interferir nos julgamentos das dívidas. Foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão e 22 de condução coercitiva, incluído André Gerdau, presidente do grupo. A empresa informou colaborar com as investigações e negou ter permitido qualquer uso de seu nome em "pretensas negociações ilegais". A Zelotes foi deflagrada em março de 2015. Depois de apurar corrupção no **Carf** passou a investigar um suposto esquema de vendas de medidas provisórias. Uma busca e apreensão chegou a ser feita no escritório de Luís Cláudio da Silva, um dos filhos do ex-presidente Lula.

Indultos no "mensalão"

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deu parecer favorável à concessão de indulto a cinco condenados no "mensalão". A manifestação segue para o ministro do STF Luís Roberto Barroso, que decidirá se as penas serão extintas. Os beneficiados são Valdemar Costa Neto, Bispo Rodrigues, Pedro Henry, Romeu Queiroz e Rogério Tolentino. Janot entendeu que o ex-ministro José Dirceu não pode ter a pena extinta, pois ainda há um pedido de regressão contra ele

Antes tarde/

A PM do rio expulsa os assassinos de Amarildo

Os sete exonerados foram condenados pela tortura e morte do pedreiro

Quase três anos após o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, na Favela da Rocinha, o Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro decidiu expulsar sete policiais condenados pelo envolvimento na morte do operário. Foram desligados da Corporação o 3º sargento Jairo Conceição Ribas e os soldados Anderson César Soares Maia, Wellington Tavares da Silva, Douglas Roberto Vital Machado, Jorge Luiz Gonçalves Coelho, Fábio Brasil da Rocha da Graça e Marlon Campos Reis. Todos os expulsos foram condenados pela Justiça, incluído o major Edson Santos, comandante na época da UPP da Rocinha, e outros cinco policiais. Santos foi apontado como o mentor do crime e recebeu a pena mais alta, 13 anos e sete meses de reclusão. Amarildo desapareceu após ser levado à UPP em uma viatura da polícia. Os PMs suspeitavam que ele sabia onde traficantes escondiam armas e drogas. Amarildo foi assassinado após 40 minutos de tortura com descargas elétricas, saco plástico na cabeça e afogamento.

Entrevista/

"O maior ataque aos direitos humanos"

Átila Roque, diretor da Anistia Internacional, critica a pauta conservadora no Parlamento

Divulgado na terça-feira 23, o novo relatório da Anistia Internacional aponta os retrocessos impostos à agenda de direitos humanos no País tomando por base a pauta do Legislativo. Em entrevista a CartaCapital, Átila Roque, diretor-executivo da entidade, comentou algumas das conclusões do informe.

CartaCapital: Quais as ameaças mais graves no Legislativo?

Átila Roque: Diante de uma cesta de maldades tão grande, é difícil destacar as piores. Esse é o maior ataque aos direitos humanos desde a redemocratização. Na ofensiva contra os direitos das mulheres, parlamentares tentam impedir o aborto até mesmo em caso de estupro. Há forte articulação para inviabilizar a demarcação de terras indígenas, enquanto os conflitos fundiários se agravam. Em outra frente busca-se eliminar as restrições ao porte de arma, ignorando o fato de que o Brasil é recordista mundial de homicídios em números absolutos.

CC: Dos 58 mil vítimas de homicídio no Brasil em 2014, mais de 3 mil foram mortas pela polícia. O que explica uma letalidade policial tão alta?

AR: O número está subestimado, pois muitos estados não coletam esses dados. Mesmo assim, é altíssimo. A polícia abusa do uso da força letal, sobretudo nas periferias e favelas. Outro problema é a impunidade.

Congresso/

A desculpa black block

O projeto que tipifica o terrorismo é aprovado na Câmara dos Deputados

A câmara aprovou na quarta-feira 24 o projeto de lei que tipifica o crime de terrorismo no Brasil, com pena de até 30 anos de prisão. De autoria do Executivo, modificado pelo Congresso, o texto define como práticas terroristas atos de violência ou sabotagem "por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado".

Os deputados preservaram uma ressalva "à conduta individual ou coletiva em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais".

Ainda assim, organizações de direitos humanos e movimentos sociais manifestaram repúdio à nova lei e pedem o veto presidencial a artigos que dispõem sobre definições vagas, como "apologia ao terrorismo" ou "atos preparatórios".

Emprego em baixa, superávit em alta

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas aumentou de 6,9%, em dezembro, para 7,6%, em janeiro, o pior resultado para o mês desde 2009, revela a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. O governo também colhe os frutos podres da crise. Arrecadou 129,3 bilhões de reais em janeiro, queda real de 6,7% ante o mesmo período do ano anterior.

Apesar do recuo, o governo central, que reúne Tesouro, Previdência Social e Banco Central, registrou um superávit primário de 14,8 bilhões de reais, o primeiro resultado positivo desde abril do ano passado. O recente leilão de 29 usinas hidrelétricas engordou o excedente.

Argentina/

Sem lua de mel

Dois meses e meio após a posse, o governo enfrenta oposição crescente

Na quarta-feira 24, Mauricio Macri, empossado em 10 de dezembro, enfrentou a primeira greve geral e uma manifestação de 50 mil na Praça de Maio. Seu governo permitiu aumento de 60% no câmbio, 500% nas tarifas de eletricidade de Buenos Aires e 300% no gás, tenta limitar o reajuste de salários a 25% e demite dezenas de milhares de funcionários, enquanto a inflação acelera.

A Igreja Católica também se mostra avessa a esse governo marcado desde o início pelo desprezo aos movimentos sociais. O próprio papa Francisco o desafiou ao enviar um rosário bento a Milagro Sala, líder indígena e deputada do Parlasul presa desde 16 de janeiro por protestar contra o fechamento de cooperativas pelo novo governador de Jujuy.

O governo conservador nem sequer seduziu os credores, apesar do apoio unânime da

mídia e dos economistas neoliberais. O acordo oferecido aos "fundos abutres", que lhes proporcionaria um retorno de 1.000%, foi recusado por dois terços deles.

Espanha/

Beco sem saída?

Uma improvável aliança de socialistas e neoliberais tenta vencer o impasse

O social-democrata PSOE de Pedro Sánchez, após o fracasso da tentativa de aliança com partidos mais à esquerda (Podemos, IU e bascos moderados), fechou na terça-feira 23 um acordo com o Ciudadanos, de centro-direita. Embora não tenha o ranço católico e franquista do PP de Mariano Rajoy, é um partido de caráter neoliberal.

Mesmo assim, Sánchez defende como progressista o acordo que promete tanto revogar parte das medidas autoritárias e de austeridade de Rajoy quanto atender às propostas de reforma do Ciudadanos. Isso inclui a abolição de governos provinciais e de municípios com menos de 5 mil habitantes, o que eliminaria 62 mil empregos públicos.

É pouco provável, porém, a posse desse governo híbrido de minoria, a ser submetido ao Parlamento em 2 de março. O Podemos anunciou que votará contra e o PP, provavelmente, fará o mesmo. Neste caso haverá novas eleições em junho, mas essas, segundo as pesquisas atuais, pouco mudariam a composição do Parlamento e a natureza da enrascada.

Valor On Line

## **Operação Zelotes faz Gerdau adiar publicação de balanço para dia 15**

29/02/2016

Juliana Machado | Valor

SÃO PAULO - A Gerdau adiou para 15 de março a publicação das demonstrações financeiras padronizadas, das demonstrações financeiras anuais completas e da teleconferência de resultados referentes ao exercício 2015.

A divulgação dos dados estava prevista para amanhã, 1º de março.

Segundo comunicado da empresa, a postergação "é importante para que a companhia analise os autos que envolveram a Gerdau na recente fase da operação Zelotes". A decisão também vale para o balanço da Metalúrgica Gerdau.

Deflagrada em 26 de março do ano passado, a Zelotes apura esquema de compra de decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Na quinta-feira, dia 25, a Polícia Federal, em nova fase de investigações, cumpriu 40 mandados, sendo 18 de busca e apreensão e 22 de condução coercitiva, como foco na Gerdau. A estimativa é que a siderúrgica tenha sonegado R\$ 1,5 bilhão. Em comunicados, a companhia negou envolvimento no caso.

-